

Ciclo de Gestão do PPA 2012 | 2015

Orientação para
as Consultas à Sociedade



Secretaria Geral da Presidência da República
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI

Brasília, maio de 2011

Índice

1. Novas diretrizes do PPA 2012-2015 • 6
2. Conceitos e estrutura do PPA 2012–2015 • 8
3. Monitoramento e Avaliação • 9
ANEXO 1 Dinâmica do Fórum Interconselhos • 12
ANEXO 2 Agenda de Trabalho do Fórum • 13
Dia 1 - Nível Global: início às 8:00 h • 13
Dia 2 - Visão Regionalizada: início às 8:00 h • 13
ANEXO 3 Exemplos de Programas Temáticos • 14
Contextualização • 14
Caracterização • 16
Programa XXXX Energia Elétrica • 18
Contextualização • 18
Caracterização • 20
Programa XXXX Agricultura Irrigada • 22
Contextualização • 22
Caracterizaçã • 24
ANEXO 4 Questões para Reflexão, Preparatórias para o Fórum • 26

Introdução

O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas. Com a finalidade de orientar esse processo, concebeu-se esta cartilha contendo as novas diretrizes do PPA, suas orientações estratégicas (visão de futuro, valores e macrodesafios), além de expor, de forma sucinta, as características do novo modelo e exemplificar a elaboração do programa temático.

O processo participativo, durante a fase de elaboração do PPA, ocorrerá em paralelo à elaboração do Plano e de seus programas pelos Ministérios setoriais sob a coordenação do Ministério do Planejamento. Para tanto, acontecerá um Fórum Interconselhos, de caráter consultivo, nos dias 24 e 25 de maio, em Brasília, que contará com a presença de representantes não governamentais dos Conselhos Nacionais, Comissões e outras entidades representativas da sociedade. Os participantes desse Fórum serão indicados pelas secretarias executivas de cada Conselho, destacando-se que eles deverão ser escolhidos levando-se em consideração a necessidade de se ter o maior nível de representatividade possível das diversas categorias sociais que compõem os setores não governamentais nessas entidades, aliado ao recorte regional que será considerado nesse Fórum.

Será objeto do Fórum a exposição, em plenária, da dimensão estratégica, aqui compreendida a Visão de Futuro, os Valores e os Macrodesafios que orientarão a formulação dos Programas do PPA 2012-2015, o novo modelo do Plano, o rol de programas temáticos proposto pela SPI, além de um esboço de como seria o monitoramento participativo no período de execução do Plano, antiga e justa reivindicação dos Conselhos e movimentos sociais. É importante destacar que esses aspectos serão tratados com ênfase à questão da multissetorialidade dos programas e sua inserção no contexto regional do País. Ressalta-se, ainda, que essa apresentação destina-se a esclarecer aspectos do PPA e submeter à sociedade seus principais elementos para que sejam feitas sugestões para o seu aperfeiçoamento.

Após a apresentação em plenária, os participantes serão divididos em grupos para que discutam os temas à luz da multissetorialidade e da questão regional. Esses grupos terão seu processo de discussão mediado por facilitadores. Os grupos, no primeiro dia, serão formados para trabalharem os temas apresentados à luz dos quatro grandes eixos prioritários do Governo Federal, a saber:

- Desenvolvimento Econômico;
- Gestão, Infraestrutura e PAC;
- Desenvolvimento Social e Erradicação da Miséria;
- Direitos e Cidadania.

Já no segundo dia, a divisão de grupos será feita por macrorregião. Os relatórios gerados pelo Fórum serão sintetizados de forma a se criar um documento com as recomendações geradas pelos participantes e serão encaminhados aos Conselhos e aos órgãos setoriais respectivos, os quais decidirão quanto ao seu aproveitamento na elaboração programática sob sua responsabilidade. Além disso, a partir das discussões, será instituída uma comissão com um grupo de representantes de cada Conselho para que se reúnam posteriormente ao evento e discutam o tratamento dado às recomendações provenientes do Fórum.

As propostas feitas pelos participantes deverão ter algumas características, como:

1. consistência lógica com os quatro eixos prioritários definidos pelo Governo Federal para sua atuação estratégica;
2. atenção à questão territorial em relação ao método de alocação dos investimentos necessários para o desenvolvimento integrado do País;
3. preocupação com o aperfeiçoamento das diretrizes para uma alocação de recursos eficiente e prioritária dos investimentos;
4. foco na efetividade dos programas e no seu esforço para uma verdadeira transformação da realidade socioeconômica do País;
5. preocupação com a viabilidade de sua implementação, levando-se em conta os objetivos almejados pelos programas temáticos e a disponibilidade de meios para alcançá-los.
6. indicação de formas de controle social do Plano no decorrer de sua vigência, mediante uma efetiva participação da sociedade tanto na avaliação dos resultados, quanto no monitoramento da execução de seus programas temáticos.

1. Novas diretrizes do PPA 2012-2015

O planejamento governamental é uma atividade estratégica alinhada com uma visão de futuro e origina-se da necessidade de se afirmar, no presente, escolhas de futuro, relativas ao desenvolvimento do Estado e da sociedade. É a partir do planejamento que as sociedades, por meio de seus governos, explicitam o que será feito, como será feito e quais recursos serão utilizados nas estratégias que pretendem seguir para o alcance de seus objetivos.

Um dos desafios centrais do planejamento governamental contemporâneo é o de levar o Estado a entregar os produtos necessários à sociedade no lugar e no tempo adequados. A complexidade do contexto governamental requer, cada vez mais, que os órgãos de planejamento considerem as particularidades das diferentes políticas públicas que são desenhadas para atender aos anseios da sociedade, sem perder de vista a complementaridade existente no conjunto da ação governamental.

Assim, as mudanças na metodologia do PPA foram induzidas pela necessidade de se adotar uma visão mais abrangente da ação governamental, que considere a dinâmica das políticas públicas e suas interfaces, e que seja capaz de construir um país mais justo, equânime e desenvolvido em toda a sua extensão, tendo como objetivo final a efetividade da ação pública. Dessa forma, o novo modelo agregou vantagens ao Plano, como: resgatar a função planejamento, incorporar os compromissos de governo e permitir o seu efetivo monitoramento, especialmente em relação àqueles quatro eixos de gestão (Desenvolvimento Econômico; Gestão, Infraestrutura e PAC; Desenvolvimento Social e

Erradicação da Miséria; Direitos e Cidadania). Possibilita também a criação de espaço para tratar, na sua própria programação, as transversalidades e multissetorialidades, além da regionalização das políticas; promover a participação da sociedade nas diversas etapas do ciclo de gestão do plano, visando o exercício do controle social das políticas públicas nele retratadas; permitir a reorganização gradual do orçamento e ser capaz de comunicar as prioridades dentro e fora do Governo.

Dentro deste contexto, a visão de futuro e os valores, conforme orientação estratégica de governo, são respectivamente:

Visão de Futuro do Brasil

O Brasil será um país reconhecido:

- Por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental.
- Por ser uma Nação democrática, soberana, que defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

Valores:

- Soberania
- Democracia
- Justiça Social
- Sustentabilidade
- Diversidade cultural e identidade nacional
- Participação social
- Excelência na Gestão

Premissas

As diretrizes definidas para o novo PPA 2012-2015 estão estruturadas para responder aos desafios do desenvolvimento do país. Vale a pena ressaltar as principais premissas do novo PPA:

1. Valorização do conhecimento. Aprofundamento do conhecimento sobre o contexto das áreas setoriais para melhorar a elaboração dos programas temáticos para que sejam condizentes com a realidade;
2. Estabelecimento de parcerias com os estados, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade civil, visando à união de esforços para o alcance de objetivos comuns;
3. Foco na efetividade, entendida como desempenho quanto à transformação de uma realidade, que aponta mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais necessárias e que deverão decorrer das políticas públicas;
4. Estabelecimento de diálogo contínuo com as áreas executoras das políticas públicas;
5. Foco na execução das políticas públicas. Estabelecimento de metas exequíveis para conseguir realizar monitoramento efetivo e avaliação dos resultados;
6. Aprofundamento da participação social no ciclo das políticas públicas;
7. Territorialização da política pública, na busca de uma equalização nos estágios de desenvolvimento em todos os espaços do país.

Macrodesafios:

Os programas do PPA estarão alinhados com a dimensão estratégica do Governo e em consonância com os seguintes macrodesafios:

1. **Projeto Nacional de Desenvolvimento** - Dar seguimento ao Projeto Nacional de Desenvolvimento, apoiado no avanço científico e tecnológico, na redução das desigualdades regionais e entre o rural e o urbano e na continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda;
2. **Erradicação da Pobreza Extrema** - Superar a pobreza extrema e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais;
3. **Conhecimento, Educação e Cultura** - Propiciar o acesso da população brasileira à educação, conhecimento, cultura e esportes com equidade, qualidade e valorização da diversidade;
4. **Saúde, Previdência e Assistência Social** - Promover o acesso universal à Saúde, Previdência e Assistência Social, assegurando equidade e qualidade de vida;
5. **Cidadania** - Fortalecer a cidadania, promovendo a igualdade de gênero e étnico-racial, respeitando a diversidade das relações humanas e promovendo a universalização do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos;
6. **Infraestrutura** - Expandir a infraestrutura produtiva, urbana e social de qualidade, garantindo a integração do Território Nacional e do país com a América do Sul;
7. **Democracia e Participação Social** - Fortalecer a democracia e estimular a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública;
8. **Integridade e Soberania Nacional** – Preservar os poderes constitucionais, a integridade territorial e a soberania nacional, participando ativamente da promoção e defesa dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento no mundo;
9. **Segurança Pública** - Promover a segurança e a integridade dos cidadãos, através do combate à violência e do desenvolvimento de uma cultura de Paz;
10. **Gestão Pública** – Aperfeiçoar os instrumentos de gestão do Estado, valorizando a ética no serviço público e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

2. Conceitos e estrutura do PPA 2012–2015

É papel do Plano, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos. Nesse sentido, o Plano estrutura-se nas seguintes dimensões:

- **Dimensão Estratégica:** é a orientação estratégica que tem como base os Macrodesafios e a visão de longo prazo do Governo Federal;
- **Dimensão Tática:** define caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada. Vincula os Programas Temáticos para consecução dos Objetivos assumidos, estes materializados pelas Iniciativas expressas no Plano;
- **Dimensão Operacional:** relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

O PPA 2012–2015 trata essas dimensões conforme ilustrado na figura abaixo, com suas principais categorias, descritas na sequência.



Os **Macrodesafios** são diretrizes elaboradas com base no Programa de Governo e na Visão Estratégica que orientarão a formulação dos Programas do PPA 2012–2015.

Os **Programas** são instrumentos de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos. Neste PPA, subdividem-se em duas categorias – os Programas de Gestão e Manutenção, que agregam as ações e recursos de suporte administrativo para o funcionamento dos órgãos, e os Programas Temáticos, que abrigam as ações finalísticas e de políticas públicas dos órgãos, estes objeto de nosso diálogo.

O **Programa Temático** retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade e se desdobra em **Objetivos e Iniciativas**

O **Objetivo** expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território.

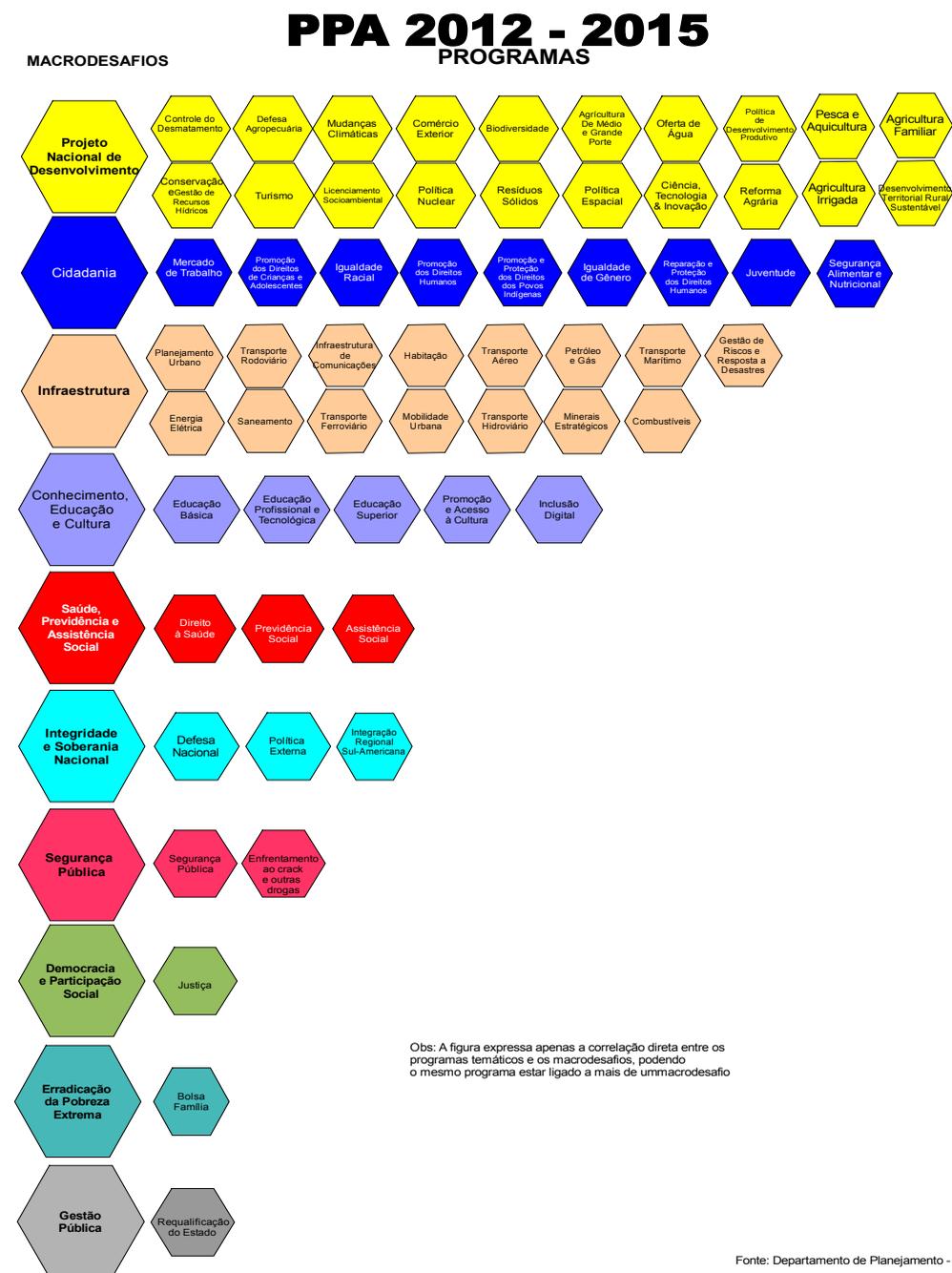
A **Iniciativa** declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e de outras ações (institucionais e normativas), bem como da pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de políticas públicas.

3. Monitoramento e Avaliação

O novo modelo do PPA apresenta em sua estrutura elementos que permitem um controle social mais efetivo. Assim, em sua dimensão tática, é possível monitorar os programas temáticos a partir dos indicadores previamente selecionados, bem como os objetivos, os quais poderão ter suas metas acompanhadas, sendo inclusive desejável que elas estejam regionalizadas. O modelo de monitoramento social a ser implementado no novo Plano encontra-se em processo de construção e a participação social no Fórum será insumo imprescindível para a sua definição. Dessa forma, a apresentação do novo modelo, os exemplos de programa e as questões aqui apresentadas devem ser objeto de reflexão dos Conselhos para que a discussão enriqueça o processo.

A seguir, apresentamos um esquema geral contendo os programas temáticos propostos preliminarmente pela SPI/MP correlatos aos macrodesafios e uma lista com a proposta da programação temática. Esta proposta está sendo objeto de discussão nas oficinas temáticas envolvendo os ministérios setoriais de acordo com o papel que cabe a cada um deles na construção da programação definitiva. Após esta fase qualitativa, na qual poderão ainda ser incorporadas recomendações decorrentes do Fórum, será feita a alocação de recursos para os programas, conforme os limites orçamentários definidos pela área econômica do Governo.

Há, ainda, ao final desta Cartilha (anexo 4), um rol de questões referentes aos temas aqui tratados para que sirvam de base para reflexão, com vistas a uma preparação dos participantes do Fórum na discussão dos temas a serem tratados.



Proposta do Conjunto de Programas Temáticos

- Agricultura de Médio e Grande Porte
- Agricultura Familiar
- Agricultura Irrigada
- Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Aquicultura e Pesca
- Assistência Social
- Biodiversidade
- Bolsa Família
- Ciência, Tecnologia e Inovação
- Combustíveis
- Comércio Exterior
- Conservação e Gestão de Recursos Hídricos
- Controle do Desmatamento
- Defesa Agropecuária
- Defesa Nacional
- Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável
- Educação Básica
- Educação Profissional e Tecnológica
- Educação Superior
- Energia Elétrica
- Enfrentamento ao Crack e a outras Drogas
- Esportes e Grandes Eventos Esportivos
- Gestão de Riscos e resposta a Desastres
- Habitação
- Igualdade de Gênero
- Igualdade Racial
- Inclusão Digital
- Infraestrutura de Comunicações
- Integração Regional Sul-Americana
- Justiça
- Juventude
- Licenciamento Socioambiental
- Mercado de Trabalho
- Minerais Estratégicos
- Mobilidade Urbana
- Mudanças Climáticas
- Oferta de Água
- Petróleo e Gás
- Planejamento Urbano
- Política de Desenvolvimento Produtivo
- Política Espacial
- Política Externa
- Política Nuclear
- Previdência Social
- Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes
- Promoção dos Direitos Humanos
- Promoção e Acesso à Cultura
- Promoção e Proteção dos Direitos dos Povos
- Indígenas
- Reforma Agrária
- Reparação e Proteção dos Direitos Humanos
- Requalificação do Estado
- Resíduos Sólidos
- Saneamento
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Segurança Pública
- Transporte Aéreo
- Transporte Ferroviário
- Transporte Hidroviário
- Transporte Marítimo
- Transporte Rodoviário
- Turismo

Dinâmica do Fórum Interconselhos

Composição

- cerca de 400 convidados, entre eles:
 - 285 representantes não governamentais de 34 Conselhos, de 2 comissões e do CDES;
 - 85 participantes de entidades não representadas nos conselhos setoriais (preferência por representatividade regional);
- membros do governo federal (SG e SRI/PR, MP) envolvidos na organização.

Duração

- Dois dias em regime de dedicação exclusiva e participação intensiva;
- 08:00 às 19:00 h com intervalo para almoço e *coffee break*;
 - 1º dia de reunião - discussão global sobre a dimensão estratégica à luz da multissetorialidade e da transversalidade.
 - 2º dia de reunião - discussão regionalizada sobre os impactos regionais.

Método de trabalho

- Reuniões plenárias a cada dia;
- Reuniões de grupos em ambos os dias (aproximadamente 10 grupos de, no máximo, 40 participantes), sendo:
 - No primeiro dia, os grupos serão constituídos por eixo prioritário de Governo (4 eixos);
 - No segundo dia, os 10 grupos serão constituídos por macrorregião.
- Utilização de facilitadores contratados pela ENAP no processo de discussão em grupo.

Agenda de Trabalho do Fórum

Dia 1 - Nível Global: início às 8:00 h

Manhã - Parte 1: Sessão Plenária

- Objetivo: Apresentação do PPA 2012-2015
- Abertura político-institucional;
- Apresentação SPI:
 - dimensão estratégica do PPA
 - conteúdo e método de elaboração do PPA
 - esclarecimentos adicionais
 - programação e método do Fórum

Tarde - Parte 2: Grupos de Trabalho

- Objetivo: Análise e discussão da transversalidade e da multissetorialidade dos programas propostos
 1. discussão à luz do eixo prioritário de cada grupo;
 2. consolidação das propostas.

Dia 2 - Visão Regionalizada: início às 8:00 h

Manhã - Parte 3: Apresentação SPI

- impactos estratégicos por região;
- pontos de relação inter-regional e intra-regional

Parte 4: Grupos de Trabalho

- Objetivo: Análise e discussão da estratégia
 - aspectos críticos regionais;
 - propostas de metas regionais;
 - identificação de relações inter- regionais e intra-regional;
 - consolidação das propostas.

Tarde - Parte 5: Monitoramento e Avaliação

- Objetivo: Indicações de formas de monitoramento
 - indicadores de resultados regionais;
 - aspectos de monitoramento regional.
 - designação dos relatores dos grupos

Parte 6: Sessão Plenária

- Objetivo: Consolidação de propostas
 - apresentação dos grupos;
 - síntese preliminar;
 - documento final.

ANEXO 3

Exemplos de Programas Temáticos

Programa | XXXXX Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Contextualização

A partir do início da década de noventa constituiu-se uma rede pública sob os princípios constitucionais de universalização, integralidade da atenção, descentralização e participação social. Essa rede, organizada sob critérios de regionalização e hierarquização dos níveis de atenção, é responsável por assegurar igualdade no direito de acesso de todos os cidadãos às ações e serviços de saúde, em todos os níveis de complexidade e em todo o território nacional.

Frente ao desafio de ampliar os serviços de saúde sem uma base sólida para o financiamento da prestação de serviços, uma das principais respostas em termos de políticas públicas para o tema foi o fortalecimento da atenção primária. De fato, tal caminho é o menos intensivo em custos ao mesmo tempo em que muitos estudos mostram que áreas com melhor atenção primária têm melhores resultados em saúde, incluindo as taxas de mortalidade geral, as de mortalidade por doença cardíaca e as de mortalidade infantil, além de melhor detecção precoce de cânceres tais como o cólon-retal, de mama, uterino/cervical e melanoma.

Mesmo reconhecendo a importância fundamental da atenção primária para a estruturação de um sistema de saúde universal e integral viável, o fato é que esse sistema não pode prescindir da atenção especializada de média e alta complexidade. A atenção especializada, por sua vez, geralmente exige mais recursos do que a atenção básica porque enfatiza a aplicação de recursos muitas vezes intensivos em tecnologia. Nesse sentido, coloca-se um duplo desafio para o sistema de saúde pública brasileiro: por um lado, a continuidade do esforço até agora bem sucedido de estruturação e expansão da atenção básica e, por outro, a continuidade da estruturação da rede de atenção especializada, muito mais onerosa. Mais do que isso, é possível dizer que o próprio sucesso observado na estruturação da atenção básica tende a potencializar os desafios na atenção de média e alta complexidade, uma vez que uma população que vive mais tende a ter um maior número de problemas de saúde, em especial nos últimos anos de vida, assim como o perfil epidemiológico tende a, progressivamente, aproximar-se do verificado em países desenvolvidos, onde a incidência de problemas de saúde de alto custo para o sistema público, como os diversos tipos de câncer e problemas cardio-vasculares, tende a ser maior.

A tarefa que se coloca para a saúde pública no Brasil é seguir estruturando uma rede de atendimento hierarquizada capaz de otimizar a aplicação dos recursos disponíveis.

Alguns indicadores permitem que se faça uma breve análise da situação de saúde no país. Entre eles, a taxa de mortalidade infantil permite analisar as condições de vida e de saúde de uma população. Pode, também, contribuir para uma avaliação da disponibilidade e acesso aos serviços e recursos relacionados à saúde, como a atenção ao pré-natal e ao parto, a vacinação contra doenças infecciosas infantis, a disponibilidade de saneamento básico, entre outros. Consiste no número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Tabela 1 - Taxa de mortalidade infantil

Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos Brasil, 1997-2006

Região	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	32,2	31,1	29,8	28,6	27,7	26,6	25,6	24,5	23,6	22,8	22,1
Nordeste	50,4	47,1	44,3	41,6	39,3	36,9	34,8	32,7	31,2	29,8	28,7
Sudeste	23,1	21,6	20,0	19,1	18,3	17,3	17,0	16,3	15,4	15,0	14,6
Sul	17,5	18,7	17,2	17,0	16,4	16,1	15,8	15,0	13,8	13,3	12,9
Centro-Oeste	24,4	23,3	21,9	20,9	20,6	19,3	18,7	18,5	17,7	17,1	16,5
Brasil	31,9	30,4	28,4	27,4	26,3	24,9	23,9	22,6	21,4	20,7	20,0

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.
Elaboração: SPI/MP

O Brasil vem experimentando um declínio acelerado nas taxas de mortalidade infantil, passando de 31,9‰ para 20,66‰, entre 1997 e 2006, o que corresponde a uma queda de 35% neste período...

Outra informação importante que sugere melhoria das condições de vida e de saúde da população é o aumento da esperança de vida ao nascer, que consiste no número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

(vide texto completo no Manual de Elaboração do PPA- link: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/Orientacoes_para_Elaboracao_do_PPA_2012-2015.pdf)

Tabela 2 - Esperança de vida ao nascer

Anos de vida esperados, por sexo, segundo Região | Brasil, 2000-2008

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Norte	69,53	69,84	70,14	70,44	70,73	71,02	71,31	71,59	71,81
Nordeste	67,15	67,52	67,9	68,27	68,63	69	69,36	69,71	70,14
Sudeste	71,99	72,29	72,6	72,9	73,2	73,49	73,77	74,06	74,41
Sul	72,74	73,05	73,34	73,62	73,9	74,17	74,44	74,71	75,02
Centro-Oeste	71,75	72,06	72,34	72,63	72,91	73,19	73,46	73,73	73,98
Brasil	70,44	70,77	71,1	71,42	71,74	72,05	72,35	72,48	73

Fonte: IBGE/Projeções demográficas preliminares

Indicador (unidade de medida)	Referência		
	Data	Índice	
Taxa de mortalidade infantil (‰)	2006	20,66	
Esperança de vida ao nascer (anos)	2008	73	
Mortalidade proporcional por grupo de causas	Doenças infecciosas e parasitárias	2007	4,75
	Neoplasias	2007	16,7
	Doenças do aparelho circulatório	2007	31,9
	Doenças do aparelho respiratório	2007	10,8
	Afecções originadas no período neonatal	2007	2,8
	Causas externas	2007	13,5
	Demais causas definidas	2007	19,55

Referenciais monetários (2012-2015)		
Período	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	XX	XX
Despesas Correntes	XX	XX
Despesas de Capital	XX	XX
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	XX	XX
Valor Global	R\$ XXX	
Valor de Referência para Individualização de Projetos como Iniciativas (mil R\$)		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	R\$ 50.000	
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	R\$ 50.000	
Objetivo	001 Expandir e qualificar a Rede de Urgências e Emergências, induzindo a cobertura de vazios assistenciais, com apoio à implantação e manutenção das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), das Salas de Estabilização (SE) e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).	
Órgão Executor	36000 - Ministério da Saúde	

Caracterização

Entre as diversas áreas da saúde, a Urgência requer especial atenção no âmbito do SUS. O desafio consiste na expansão da articulação com a atenção primária e estruturação de capacidade de atendimento.

Os serviços de urgência e emergência reúnem atividades de promoção à saúde, organização de redes assistenciais que envolvem a atenção básica e especializada, a atenção às urgências com a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, organização das Unidades de Pronto Atendimento e qualificação das portas de entrada de urgências nos hospitais. O enfrentamento dos desafios para a expansão e qualificação da rede de urgência e emergência deve considerar o perfil epidemiológico, a densidade populacional e a rede de referência e contrarreferência instalada.

O SAMU 192 ajuda a organizar o atendimento na rede pública, prestando socorro à população em casos de emergência. Realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, contando com as Centrais de Regulação, profissionais e veículos de salvamento. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde como médicos, enfermeiros, auxiliares de

enfermagem e socorristas, que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

As Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h (cobertura de mais de 50.000 habitantes) e as Salas de Estabilização - SE (cobertura de até 50.000 habitantes) são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde, em conjunto com estas, compõem uma rede organizada de atenção às urgências. São integrantes do componente pré-hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais estratégicos para a configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências.

As UPA funcionam 24 horas e realizam procedimentos como: a classificação de risco e garantia do atendimento ordenado de acordo com o grau de sofrimento do paciente ou a gravidade do caso; a realização do primeiro atendimento e estabilização dos pacientes graves para que possam ser transferidos a serviços de maior porte; e apoio diagnóstico e terapêutico. Esses procedimentos reduzem o número de pacientes às portas dos serviços de emergência dos hospitais. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência – SAMU que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação.

A Atenção às Urgências deve fluir em todos os níveis do SUS, organizando a assistência desde as Unidades Básicas, Equipes de Saúde da Família até os cuidados pós-hospitalares na convalescença, recuperação e reabilitação. Sendo assim, os Planos Municipais ou Regionais de Atenção Integral às Urgências e Emergências, requisitos para a implantação do SAMU, e a proposta de implantação das UPA devem conter, entre outros itens, grades de referência e contrarreferência envolvendo todos os serviços do sistema, desde as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Estratégia de Saúde da Família até pronto socorros hospitalares e demais unidades, além da coordenação dos serviços de urgência e emergência (UPA e SAMU) na área de cobertura proposta.

O processo de habilitação, implantação e funcionamento da rede de urgência e emergência requer a participação dos três entes federados, sendo que a União é responsável pela liberação da maioria dos recursos de implantação das UPA e do SAMU, e de parte de seu custeio, que, por sua vez, é de responsabilidade compartilhada, de forma tripartite, entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Sendo assim, com o apoio à implantação e manutenção das UPA, das SE e do SAMU, haverá a indução da cobertura dos vazios assistenciais e qualificação da Rede de Urgências e Emergências, o que ratificará o compromisso de implementar a rede intermediária pré-hospitalar nos municípios, proporcionando a cobertura de toda a população.

Meta 2012-2015	100% dos municípios ou grupos de municípios com mais de 50.000 habitantes com população referenciada pelas Unidades de Pronto Atendimento. Municípios integrados à rede de atenção às urgências e emergências no território nacional (considerando Unidades de Pronto Atendimento e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).
Regionalização da Meta	Total
Norte	Referenciamento da população pelas UPAs e SAMU
Nordeste	Referenciamento da população pelas UPAs e SAMU
Centro-Oeste	Referenciamento da população pelas UPAs e SAMU
Sudeste	Referenciamento da população pelas UPAs e SAMU
Sul	Referenciamento da população pelas UPAs e SAMU
Iniciativas	Expansão e oferta de serviços pela rede de urgência e emergência.

Programa | XXXX Energia Elétrica

Contextualização

O Brasil, que deverá, junto com outros países emergentes, liderar o crescimento mundial, precisará ampliar sua oferta interna de energia elétrica. Em janeiro de 2011 o país possuía

um total de 2.339 empreendimentos de geração de energia elétrica em operação, com 113.239.795 kW de potência, e aproximadamente 100.000 km de linhas de transmissão no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Considerando os cenários macroeconômicos de referência (economia nacional e internacional), as projeções demográficas (população e número de domicílios) e as premissas setoriais (expansão das atividades residenciais e industriais, meio ambiente e eficiência energética), o Plano Decenal de Energia (PDE) 2010-2019 projeta a expansão do consumo total de eletricidade (incluindo a autoprodução), para um crescimento médio do PIB de 5,1%a.a., de 455,2 TWh em 2010 para 561,8 TWh em 2014 e 712,0 TWh em 2019, como pode ser verificado na tabela que segue.

Brasil: Elasticidade-renda do consumo de energia elétrica			
Ano	Consumo ⁽¹⁾ (TWh)	PIB (10 ⁹ R\$ 2008)	Intensidade (kWh/R\$ 2008)
2010	455,2	3.201	0,142
2014	561,8	3.891	0,144
2019	712,0	4.966	0,143
Período	Varição (% a.a.)*	Varição (% a.a.)*	Elasticidade
2010-2014	5,8	5,2	1,11
2015-2019	4,9	5,0	0,97
2010-2019	5,3	5,1	1,04

Notas: (1) Os valores de consumo incluem autoprodução.

* Variações médias anuais nos períodos indicados, a partir de 2009 e 2014.

Fonte: EPE

Com base nas projeções da carga de energia e nos fatores de carga, por sistema e subsistema interligados, o PDE 2010-2019 projeta a carga de demanda máxima instantânea para 88.034 MW em 2014 e 109.385 MW em 2019. A tabela seguinte apresenta a carga de demanda instantânea por subsistema, pois as demandas máximas dos subsistemas não são simultâneas e a demanda máxima resultante da agregação dos subsistemas em um único sistema é geralmente inferior à soma das demandas máximas individuais. Para obter a demanda agregada dos sistemas interligados, utilizam-se, no cálculo, os chamados fatores de diversidade, que incorporam o efeito da não simultaneidade da ponta dos diferentes subsistemas.

SIN e subsistemas: Carga de demanda instantânea (MW)							
Ano	Subsistema				Sistema		SIN
	Norte	Nordeste	Sudeste/CO	Sul	N/NE	S/SE/CO	
2010	4.590	10.525	44.719	12.655	14.902	57.151	71.260
2014	7.474	12.826	54.463	15.013	20.024	69.209	88.034
2019	9.946	16.274	66.815	18.484	25.865	84.971	109.385
Varição (% ao ano)							
2010-2014	12,1	5,2	5,9	4,1	7,3	6,0	6,3
2015-2019	5,9	4,9	4,2	4,2	5,3	4,2	4,4
2010-2019	8,9	5,0	5,1	4,2	6,3	5,1	5,4

Notas: Foi considerada a interligação dos sistemas isolados Acre/Rondônia ao subsistema Sudeste/CO a partir de novembro de 2009, e a interligação dos sistemas isolados Manaus/Macapá/margem esquerda do Amazonas ao subsistema Norte a partir de novembro de 2011.

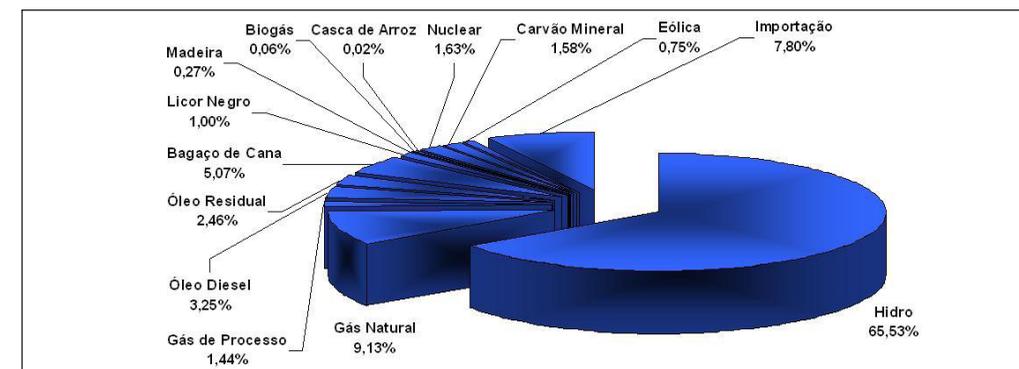
* Variação média anual no período indicado, a partir de 2009.

Fonte: EPE

Uma importante escolha do setor diz respeito a quais fontes priorizar para atender ao crescimento do consumo de energia elétrica e, para tanto, faz-se necessário considerar

questões como a disponibilidade da fonte primária, os impactos socioambientais, o custo da energia e o domínio tecnológico dos processos. Sendo o Brasil um país que dispõe de grande potencial de fontes renováveis, estas devem ser consideradas como candidatas prioritárias no plano de expansão da geração de energia elétrica. Esta escolha se faz ainda mais oportuna na medida em que as fontes renováveis vêm apresentando custos de geração de energia bastante competitivos, com destaque para os resultados apresentados pela energia eólica nos últimos leilões de 2010.

Em janeiro de 2011 a matriz elétrica brasileira apresentava a seguinte configuração:



Matriz elétrica brasileira em janeiro de 2011

Fonte: Banco de Informações de Geração, ANEEL

A expansão da transmissão deve ser estabelecida de forma robusta o suficiente para que os agentes de mercado tenham livre acesso à rede, possibilitando um ambiente propício para a competição na geração e na comercialização de energia elétrica...

(vide texto completo no Manual de Elaboração do PPA- link:

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/Orientacoes_para_Elaboracao_do_PPA_2012-2015.pdf).

Indicadores Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência Data	Índice
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora. (Fonte: ANEEL)	Horas	2009	18,78
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (Fonte: ANEEL)	Nº de interrupções	2009	11,66
Taxa de universalização do acesso à energia elétrica (Fonte: IBGE)	% de domicílios	2009	98,91
Taxa de aproveitamento do potencial eólico brasileiro (Fonte: ANEEL)	%	Jan/2011	1,02
Taxa de aproveitamento do potencial hidráulico brasileiro (Fonte: ANEEL)	%	Jan/2011	32,1
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica (Fonte: ANEEL)			
Hidráulica	%	Jan/2011	65,53
Biomassa	%	Jan/2011	6,42
Eólica	%	Jan/2011	0,75
Urânio	%	Jan/2011	1,63
Gás	%	Jan/2011	10,57
Carvão Mineral	%	Jan/2011	1,58
Petróleo	%	Jan/2011	5,71
Taxa de importação de energia elétrica (Fonte: ANEEL)	%	Jan/2011	7,8

	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	30.000	70.000
Despesas Correntes	--	--
Despesas de Capital	30.000	70.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	5.300.000	12.000.000
Outras Fontes	29.600.000	40.000.000
Valor Global	87.000.000	

	Valor de Referência para Individualização de Projetos como Iniciativas (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	30.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	1.000.000
Outras Fontes	1.000.000

Objetivo	0001 Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica, de forma a ofertar grande quantidade de energia elétrica a baixos preços
Órgão Responsável	32000 Ministério de Minas e Energia

Caracterização

A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da grande disponibilidade hídrica e das características dos rios do país, que resultam em um grande potencial energético. Em janeiro de 2011, a capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica era de 80.656 MW, representando 32,1% de um potencial total de 251.490 MW, de acordo com o Atlas de Energia do Brasil, 3ª edição. Esse potencial se distribui nas Regiões Hidrográficas Brasileiras da seguinte forma:

Região Hidrográfica Potencial (MW)	Potencial (MW)	Região Hidrográfica
Amazonas 5.437	106.149	Atlântico Sul
Paraná 4.087	57.801	Atlântico Leste
Tocantins/Araguaia 3.102	28.035	Paraguai
São Francisco 1.044	17.757	Parnaíba
Atlântico Sudeste 376	14.728	Atlântico NE Ocidental
Uruguai 158	12.816	Atlântico NE Oriental

As usinas hidrelétricas (UHEs) disponibilizam grandes quantidades de energia a baixos preços, contribuindo para a modicidade tarifária, e ainda apresentam a vantagem de utilizar uma fonte limpa e renovável. Contudo, devido a seus impactos socioambientais locais, vários desafios cercam a construção de UHEs. Nesse sentido, os empreendimentos hidrelétricos devem zelar pela maximização de seus benefícios e pela minimização de seus impactos negativos.

Já as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) constituem fontes alternativas de energia que geram quantidades menores de energia, porém com impactos também reduzidos. Seu maior benefício está na estabilização da energia em pontas do sistema e, por isso, também devem ser incentivadas.

Meta 2012 - 2015	Adicionar 10.600MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)
-------------------------	---

Regionalização da Meta	Total
Norte	7.721 MW
Nordeste	1.346 MW
Centro-Oeste	485 MW
Sudeste	190 MW
Sul	858 MW

Iniciativas
Implantação de Usinas Hidrelétricas
Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas
Implantação de Centrais Geradoras Hidrelétricas
Implantação da Usina Hidrelétrica Colider
Implantação da Usina Hidrelétrica Estreito
Implantação da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada
Implantação da Usina Hidrelétrica Jirau
Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio
Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Jari
Implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte
Implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu
Implantação da Usina Hidrelétrica Itaipiranga

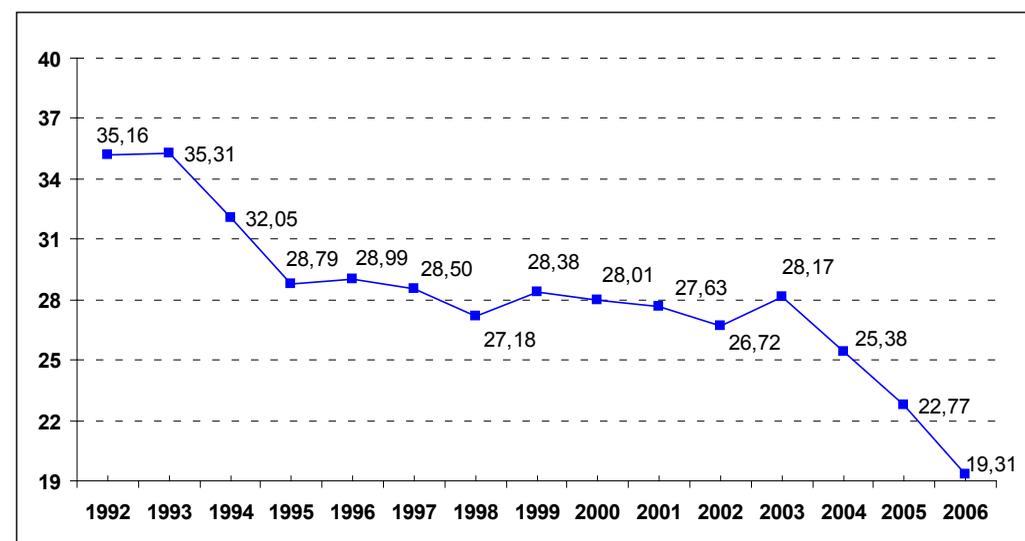
Programa | XXXX Agricultura Irrigada

Contextualização

As projeções divulgadas pelas Nações Unidas estimam que a população mundial, de atuais 6,78 bilhões, atinja 8,13 bilhões de pessoas em 2030 e, segundo estimativas do IBGE de 2008, a população brasileira, que hoje é de cerca de 190,73 milhões de pessoas,

deve alcançar 216,41 milhões em 2030. Considerando esse crescimento populacional e a melhoria da renda de expressivas parcelas da população brasileira obtida ao longo das últimas décadas, como pode ser observado no gráfico a seguir, certamente haverá aumento na demanda de alimentos.

Gráfico 1 – Percentual da população brasileira em estado de miséria



Fonte: CPS/IBRE/FGV, CPS, 2007.

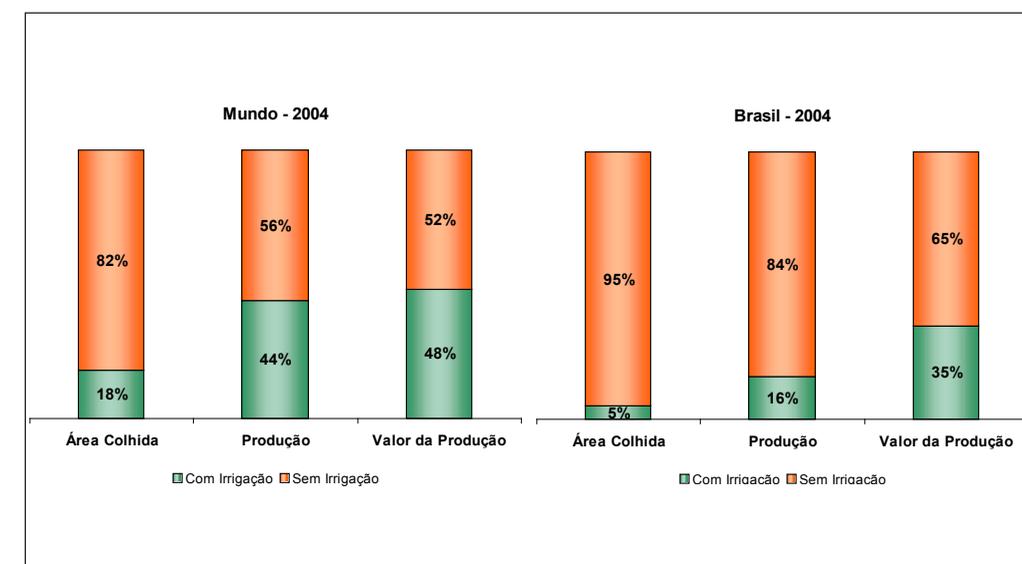
As alternativas para o aumento da oferta de alimentos são: a redução das perdas nos processos de produção, processamento e distribuição, que apresenta um potencial limitado de ganhos, a abertura de novas áreas destinadas ao plantio e à pecuária, em que também há limitação pelas questões ambientais e pela competição com outras atividades, e o aumento da produtividade das áreas ativas.

O aumento da produtividade implica uma maior produção por unidade de área, o que resulta em uma menor pressão para a expansão da área agrícola que seria necessária para atender a crescente demanda de alimentos. O aumento da produtividade agrícola é potencializado pela associação das técnicas de irrigação e de drenagem, que permite o controle da água disponibilizada ao desenvolvimento das culturas. A irrigação é uma técnica que possibilita o fornecimento de água às plantações, no tempo e na quantidade necessária ao pleno desenvolvimento vegetativo, enquanto os sistemas de drenagem permitem o escoamento da água que excede a necessidade das plantas.

A comparação da agricultura irrigada no Brasil com o cenário internacional ilustra o enorme potencial de expansão da atividade no país. No cenário mundial 44% do total da produção de alimentos provém de apenas 18% da área irrigada, os demais 56% da produção são provenientes de métodos tradicionais de agricultura sem

irrigação que ocupam 82% da área colhida. No Brasil, apenas 5% da área colhida é irrigada e que corresponde a 16% do total da produção de alimentos, como pode ser visualizado no gráfico 2.

Gráfico 2– Relação entre a agricultura irrigada e a produção de alimentos



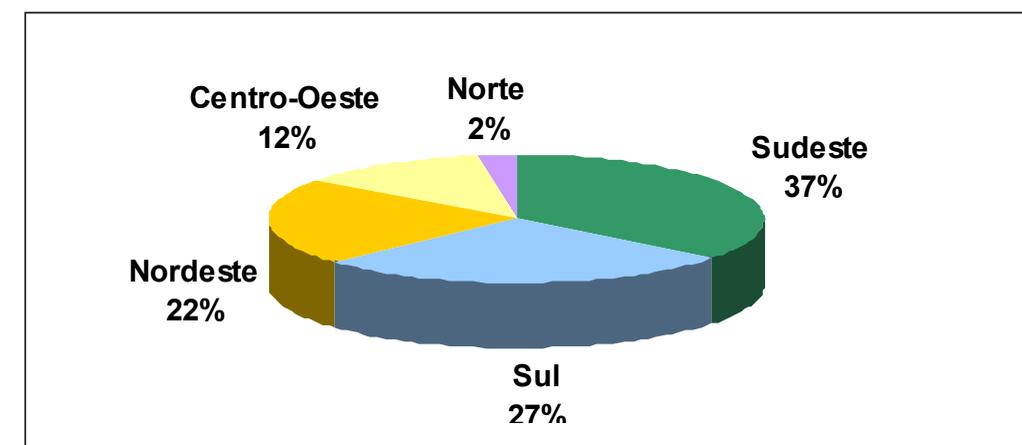
Fonte: FAO, 2009. ANA, 2006. ITEM, 2008. Elaboração SPI/MPOG.

Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, ilustrados no gráfico 3, a região Sudeste concentra a maior parte das áreas irrigadas do país com 37% do total, seguida pelas regiões Sul com 27%, Nordeste com 22%, Centro-Oeste com 12% e Norte com 2%.

Apesar de necessitarem de detalhamento, estudos preliminares apontam que as regiões

Norte e Centro-Oeste apresentam os maiores potenciais de aplicação das técnicas de irrigação e drenagem.

Gráfico 3– Distribuição das Áreas Irrigadas no Brasil



Fonte: Censo Agropecuário 2006 – IBGE.

Para que o aproveitamento desse potencial se realize é premente que haja a modernização da Política Nacional de Irrigação com a promoção de incentivos fiscais, da facilitação do acesso ao crédito, da disseminação de pesquisa e tecnologia, e ampliação do período de tarifas diferenciadas de energia elétrica para a atividade...

(vide texto completo no Manual de Elaboração do PPA- link: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/Orientacoes_para_Elaboracao_do_PPA_2012-2015.pdf).

Indicadores Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação e drenagem (Fonte: ANA, IBGE)	%	2004	5,0
Área total equipada para uso da irrigação e drenagem (Fonte: ANA, IBGE)	ha	2006	4.453.925
	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	550.000	1.800.000	
Despesas Correntes	45.000	145.000	
Despesas de Capital	505.000	1.655.000	
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	-	-	
Outras Fontes	XXX	XXX	
Valor Global	XXX		
	Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R\$)		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	20.000		
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	-		
Outras Fontes	100.000		
Objetivo	0001 Reformular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Plano Nacional de Irrigação e reestruturar institucionalmente a gestão da agricultura irrigada, inclusive por sua articulação com as Políticas Agrícola, de Agricultura Familiar, de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente.		
Órgão Responsável	53000 Ministério da Integração Nacional		

Caracterização

A Política Nacional de Irrigação vigente foi promulgada em 1979 e um de seus postulados básicos é a preeminência da função social na utilização dos solos irrigáveis. Ao longo do tempo esse postulado orientou os investimentos públicos em perímetros de irrigação. Contudo, os resultados obtidos mostram que a agricultura irrigada é uma atividade econômica que exige capacitação técnica e acesso ao crédito.

Desse modo, é necessário que alguns aspectos da Política Nacional de Irrigação sejam modernizados, como a promoção de incentivos fiscais, a facilitação do acesso ao crédito, a disseminação de pesquisa e tecnologia e a ampliação do período de tarifas diferenciadas de energia elétrica para a atividade. Além da modernização da Política Nacional de Irrigação, é igualmente relevante sua articulação com as Políticas Agrícola,

de Agricultura Familiar, de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente e para isso propõe-se a criação do Comitê Interministerial de Agricultura.

Além da modernização da política, é fundamental para que os investimentos alcancem a máxima eficácia, que esses sejam orientados por um Plano Nacional de Irrigação. Para isso deve ser feito um diagnóstico das áreas aptas para agricultura irrigada, considerando as características dos solos, a disponibilidade de recursos hídricos, os biomas e as áreas protegidas.

O Plano deve conter ainda um levantamento da infraestrutura associada às áreas aptas para irrigação, em especial quanto à disponibilidade de energia elétrica, logística de transportes e mão-de-obra. A partir desse diagnóstico será possível indicar as regiões prioritárias para investimento, com a recomendação de culturas, sistemas de produção e métodos de irrigação e drenagem a serem empregados e os arranjos produtivos.

Não apenas a questão legal merece destaque, como também a reestruturação institucional dos órgãos e entidades responsáveis pela execução da política de irrigação, sendo dotados de recursos humanos e tecnológicos adequados ao desafio a ser enfrentado. Os primeiros passos nessa direção foram dados com a proposta de criação da Secretaria Nacional de Irrigação pelo Ministério da Integração Nacional. Faz-se necessário ainda realizar uma avaliação da gestão de suas unidades vinculadas, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

Ainda no tocante a questões institucionais, faz-se necessário a criação de um sistema de informações sobre o setor com a reativação, aprimoramento e difusão do Cadastro Nacional de Irrigantes e de um banco de dados sobre os perímetros públicos de irrigação.

Meta 2012-2015	Aprovação do novo marco legal da Política Nacional de Irrigação. Criação e funcionamento do Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada, e seu Grupo Executivo. Cadastramento de 95 % dos irrigantes do país. Inserir dados de todos os perímetros públicos de irrigação sob responsabilidade do Ministério da Integração no banco de dados. Elaboração do Plano Nacional de Irrigação.
-----------------------	---

Regionalização	Total
Norte	Cadastramento de X % dos irrigantes
Nordeste	Cadastramento de X % dos irrigantes
Centro-Oeste	Cadastramento de X % dos irrigantes
Sudeste	Cadastramento de X % dos irrigantes
Sul	Cadastramento de X % dos irrigantes

Iniciativas
Aprovação do novo marco legal da Política Nacional de Irrigação.
Criação do Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada, e seu Grupo Executivo.
Reestruturação das instituições responsáveis pela execução da Política Nacional de Irrigação.
Aperfeiçoamento do sistema de informação governamental por meio da reativação, aprimoramento e difusão do cadastro nacional de irrigantes e criação de banco de dados sobre perímetros públicos de irrigação.
Elaboração do Plano Nacional de Irrigação.

ANEXO 4

Questões para Reflexão, Preparatórias para o Fórum

1. Em relação aos Macrodesafios:

Q.1) Os macrodesafios listados e suas descrições abrangem, no seu entender, a totalidade dos aspectos prioritários que merecem a atenção do PPA?

Q.2) Os macrodesafios apresentados estão atendidos nos programas temáticos sugeridos?

1.1 Em relação ao Novo modelo do PPA

O modelo de PPA proposto para o período 2012-2015 se caracteriza por introduzir uma visão estratégica da evolução do desenvolvimento no País. Assim sendo, lança um olhar diferenciado sobre os diversos aspectos da sociedade tratando-os não apenas como setores da economia, mas como Temas, o que permite um olhar mais abrangente focado no planejamento. Estes aspectos são o objeto do diálogo com a sociedade, tendo como pano de fundo as prioridades que o governo federal definiu para sua atuação. Estas particularidades do novo PPA, tais como a multissetorialidade e a transversalidade das iniciativas federais, bem como sua forma regionalizada serão o foco das consultas do Fórum Interconselhos. Dessa forma, sugerimos alguns aspectos que poderiam servir de reflexão para os representantes dos diversos Conselhos participantes da Consulta.

Q.3) Ciente das apresentações contidas nos materiais de apoio, ficou claro para você o novo modelo do PPA?

Q.4) Diante do novo modelo do PPA, você acredita que essa lógica expresse melhor os diversos setores das políticas públicas?

1.2 Em relação aos Programas temáticos

Os programas temáticos listados são uma primeira aproximação da atuação governamental para enfrentar os macrodesafios declarados. Sua identificação decorre de uma elaboração consubstanciada da SPI/MP; porém, pode acontecer que ele não seja totalmente adequado para a finalidade que o PPA pretende alcançar, portanto faz-se necessário o diálogo com a sociedade acerca desta proposta.

Q.5) Conhecendo os programas temáticos listados, você considera que os temas abordados no âmbito do seu Conselho estão contemplados na estrutura proposta do PPA?

Q.6) Ciente do novo modelo do PPA, quais objetivos você acredita que devam ser discutidos junto ao seu órgão setorial?

1.3 Em relação ao Monitoramento e Avaliação

O controle social dar-se-á essencialmente com a participação efetiva da sociedade no monitoramento e avaliação da atuação governamental. É a partir do conhecimento, decorrente da preocupação com a efetividade da ação e da pronta disposição de contribuir com sugestões e críticas, que se pode obter uma parceria eficaz entre o Estado e a sociedade.

Q.7) Quais seriam, ao seu ver, os pontos de controle (indicadores de programas, metas dos objetivos, execução das iniciativas) mais importantes do PPA para se exercer um real monitoramento?

Q.8) Qual a forma de apresentação desses dados que seria mais conveniente e de mais fácil acesso e uso para a entidade que você representa?

Obs: As questões concernentes ao monitoramento e avaliação serão exploradas por uma metodologia visual mais didática e que permita maior participação da sociedade.

SP

Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos